

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALISSA MAYLA PEREIRA

CERTIFICAÇÃO FLORESTAL FSC DE GRUPO DOS PEQUENOS PRODUTORES  
DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ

CURITIBA

2017

ALISSA MAYLA PEREIRA

CERTIFICAÇÃO FLORESTAL FSC DE GRUPO DOS PEQUENOS PRODUTORES  
DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
conclusão do Curso de pós-graduação  
MBA em Gestão Ambiental, Universidade  
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra.  
Maureen Voigtlaender  
Co- Orientadora: Prof. Msc. Isabele Sena  
Mendonça

CURITIBA

2017

## RESUMO

A certificação florestal busca promover o manejo florestal sustentável. Sabe-se que é uma prática bastante difundida, entretanto, diante do potencial que o setor florestal apresenta, a modalidade da certificação florestal em grupo ainda precisa crescer. O trabalho avaliou as contribuições positivas provenientes da certificação florestal FSC SLIMF (Pequena Escala e Baixa Intensidade) e as principais dificuldades associadas ao processo. Fez-se avaliação de dois grupos de produtores florestais certificados pelo padrão FSC SLIMF distribuídos em dezenove municípios do Paraná. A obtenção das informações para análise se deu por entrevistas abertas e informais com produtores florestais, consulta às equipes de trabalho da empresa fomentadora e gestora, verificação de documentos do grupo, como relatórios de auditoria interna, procedimentos operacionais e resumo público do plano de manejo florestal. As principais dificuldades apontadas correspondem a adequações necessárias para cumprimento das normas tanto no que diz respeito ao campo quanto à regularização da documentação do empreendimento; assimilação das normas e o entendimento do "porquê" cumpri-las; atendimento à legislação trabalhista; principalmente por empresas terceirizadas que realizam atividades florestais em áreas certificadas; e, o baixo sortimento de mercado para comercialização de madeira certificada. Sobre os benefícios advindos da certificação, destaca-se a valorização de mercado; regularização fiscal e fundiária; avanços na gestão do empreendimento e melhorias ambientais.

Palavras-chave: Auditoria ambiental; Silvicultura; Sistema de Gestão Ambiental.

## ABSTRACT

The forest certification seeks to improve the sustainable forest management. It is known that it is a practice well widespread, however in front of the potential that the forestry sector presents, the modality of group certification still needs to grow. The objective of this study was to evaluate the positive contributions from FSC SLIMF (*Small and Low Intensity Managed Forests*) forest certification and the main difficulties associated with the process. Two groups of forest producers certified by the FSC SLIMF standard were evaluated in nineteen counties of Paraná. The information for analysis was obtained through open and informal interviews with forest producers, consultation with the work teams of the development and management company, verification of the group's documents, such as internal audit reports, operational procedures and public summary of the forest management plan. The main difficulties pointed out correspond to the necessary adaptations to comply with the norms both with respect to the field and the regularization of the documentation of the enterprise; Assimilation of norms and the understanding of "why" to comply with them; Compliance with labor legislation; Mainly by outsourced companies that carry out forestry activities in certified areas; And the low market share for the sale of certified wood. Regarding the benefits of certification, the highlight is the market valuation; Tax and land regularization; Advances in the management of the enterprise and environmental improvements.

Key words: Environmental Audit. Forestry. Environmental Management System.

## LISTA DE SIGLAS

|         |   |   |
|---------|---|---|
| FSC     | - | <i>Forest Stewardship Council</i>                                   |
| SLIMF   | - | <i>Smalland Low Intensity Managed Forests</i>                       |
| PEFC    | - | <i>Programme for the Endorsementof Forest Certification Schemes</i> |
| CERFLOR | - | Programa Brasileiro de Certificação Florestal                       |
| UMF     | - | Unidade de Manejo Florestal   |
| ONG     | - | Organização Não Governamental                                       |
| IDHM    | - | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal                          |
| PIB     | - | Produto Interno Bruto   |
| APP     | - | Área de Preservação Permanente                                      |
| RL      | - | Reserva Legal   |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                           | <b>6</b>  |
| <b>2. REVISÃO DE LITERATURA .....</b>                | <b>8</b>  |
| 2.1 HISTÓRICO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL FSC.....     | 8         |
| 2.2 CERTIFICAÇÃO FSC SLIMF DE GRUPO.....             | 9         |
| 2.3 O SETOR FLORESTAL NO PARANÁ.....                 | 10        |
| 2.4 EXIGÊNCIAS DO MERCADO CONSUMIDOR.....            | 11        |
| <b>3. MATERIAL E MÉTODOS .....</b>                   | <b>11</b> |
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL .....                    | 11        |
| 3.2 OS GRUPOS DE PEQUENOS PRODUTORES FLORESTAIS..... | 12        |
| 3.3 SISTEMA DE MANEJO DOS GRUPOS CERTIFICADOS.....   | 12        |
| 3.4 LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES .....                | 13        |
| 3.5 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS .....          | 14        |
| <b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>               | <b>15</b> |
| <b>5. CONCLUSÃO .....</b>                            | <b>17</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                             | <b>19</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

A certificação florestal é um mecanismo de reconhecimento, não governamental e voluntário, pelo qual se atestam determinadas características do manejo praticado por uma operação florestal. Como toda certificação, a florestal segue padrões, e estes são compostos de princípios e critérios ambientais, sociais e econômicos (BASSO, 2015), os quais baseiam-se nos três pilares da sustentabilidade: ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável. O processo de certificação é considerado uma importante ferramenta de reconhecimento e ascensão de mercado para os que aderem às premissas impostas pela organização certificadora, visto que passam a ser possuidores de um certificado ou selo que garante a procedência e a qualidade do produto ou serviço oferecido.

A adesão à certificação florestal é variável em função dos interesses associados, dentre estes pode-se destacar a diminuição dos riscos financeiros para a captação de investimento para o setor florestal, garantia de cadeia de fornecimento de madeira com boa procedência, exigências legais, exposição da imagem do setor perante à comunidade local, nacional e internacional (BASSO, 2015), valorização comercial, além da possibilidade de utilização do selo em estratégias de marketing e de promoção.

Os sistemas e padrões de certificação florestal, adaptam-se à necessidade de cada região, produtor ou empresa interessada. São passíveis de certificação o manejo florestal e a cadeia de custódia. O primeiro, contempla os estágios da produção, distribuição e venda de um produto oriundo da floresta, garantindo que os recursos sejam explorados de maneira sustentável. Já a cadeia de custódia, é composta por várias etapas, de modo que cada qual representa uma fase do percurso do produto desde sua origem (floresta) até chegar ao consumidor, passando por diversos estágios de processamento, transformação e distribuição.

Os sistemas de certificação mais difundidos em todo o mundo são o FSC (Forest Stewardship Council) e o PEFC (*Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes*) que no Brasil é representado pelo CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) (SNIF, 2015).

Existem quatro diferentes tipos de escopo de certificação, sendo: certificação individual, em grupo, de múltiplas unidades de manejo florestal e para manejo florestal de pequena escala e baixa intensidade (SLIMF – *Small and Low Intensity Managed Forests*).

A certificação individual se refere a uma única unidade de manejo florestal (UMF), gerida por um único empreendimento de manejo. Buscando aumentar a equidade e o acesso dos pequenos proprietários aos esquemas de certificação, foi criada a certificação de grupo. Um grupo de produtores podem ser organizados em cooperativas ou associações como uma única unidade de gestão liderada por um administrador de grupo (PINTO et al, 2013 apud ISEAL, 2008).

A modalidade SLIMF abrange a certificação florestal em pequenas áreas e/ou com manejo de baixa intensidade, contemplando até 1.000 ha da área total da unidade de manejo ou até 480 ha de efetivo plantio florestal, pode ser em grupo ou individual. Têm procedimentos mais simples de avaliação, monitoramento e reavaliação, e custos mais baixos do que os de um único proprietário de floresta (HARADA, K.; WIYONO, 2014).

O FSC possui no Brasil 6.185.805 de hectares certificados entre áreas de florestas nativas e plantadas na modalidade de manejo florestal, distribuídos em 114 operações de manejo, ocupando o 7º lugar no ranking total do sistema FSC (FSC-FACTS & FIGURES, 2017).

Atualmente, 45 mil hectares de plantios de árvores são certificados pelo padrão SLIMF no Brasil, desse total, aproximadamente 25 mil hectares referem-se a áreas efetivamente plantadas, enquanto os demais comportam áreas de conservação e outros usos (IBÁ, 2016).

Constam 14 certificados ativos de plantações florestais SLIMF, 9 correspondem à modalidade de grupo e 5 individuais. Dentre os estados, destaca-se o Acre com 33.965 ha distribuídos em 2 certificados de grupo; a Bahia com 26.979 ha que compreendem 3 certificados de grupo e 1 individual e o Paraná com 2 certificados de grupo que contemplam 19.547 ha (FSC Brasil- contato direto, 2017).

Entende-se que a certificação em grupo pode alavancar um sistema de produção mais sustentável e agregar renda aos pequenos produtores florestais (BASSO, 2011), pois há melhorias no que se refere ao aumento de oportunidades e visibilidade no mercado, valorização do produto, regularização das propriedades rurais, assim como o aumento da produtividade e melhoria da imagem do produto e do produtor perante a sociedade.

Verifica-se que são vários os benefícios advindos da certificação florestal de grupo, entretanto, a adesão ao processo pelos produtores ainda é baixa diante do potencial que o setor apresenta (BASSO, 2011).

Afim de aliar a necessidade de consumo de madeira certificada à promoção do manejo florestal sustentável por meio da certificação florestal de grupo, em 2014 uma empresa do setor de celulose e papel conjuntamente com uma empresa de prestação de serviços para consultoria e assessoria em certificação florestal, iniciaram as atividades voltadas à implantação da certificação florestal em grupo pelo padrão FSC SLIMF no Paraná.

Nesta região, a madeira consumida pelas indústrias, em sua maioria, é superior ao disponível em plantios florestais próprios. Desta forma, as empresas buscam matéria prima proveniente de terceiros, tais como pequenos ou médios produtores florestais nas áreas adjacentes.

A certificação do primeiro grupo foi obtida em 2014 e do outro em 2016, sendo uma auditoria inicial efetuada pelo organismo certificador no primeiro ano e uma auditoria de manutenção do certificado para cada um dos anos sequenciais. A adesão à certificação por parte dos produtores florestais ocorre de maneira voluntária e não há obrigatoriedade no fornecimento da madeira certificada a empresa financiadora.

O trabalho objetivou avaliar as contribuições positivas provenientes da certificação florestal FSC SLIMF de grupo de produtores do Paraná e as principais dificuldades associadas ao processo, como a aplicabilidade, os prós e contras.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 HISTÓRICO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL FSC**

O Conselho de Manejo Florestal (FSC) foi estruturado formalmente em 1993. Trata-se de uma organização não-governamental independente e sem fins lucrativos, integrada por representantes de organizações sociais, ambientalistas, do setor madeireiro e de produtos florestais, de povos indígenas, organizações comunitárias e certificadoras de produtos florestais de todo o mundo. No Brasil é representado pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, ONG criada em setembro de 2001, que tem por missão promover no País a certificação florestal FSC (FSC, 2015).

Estabelece normas para a elaboração e aprovação de Padrões de Manejo Florestal, que são baseados em Princípios e Critérios, assim como determina padrões para a acreditação de órgãos de avaliação de conformidade, também conhecidos como certificadoras (FSC, 2013).

Os padrões brasileiros para manejo florestal são Amazônia Terra Firme; Manejo em Pequena Escala e Baixa Intensidade (SLIMF - FSC-STD-BRA-03-2013 V3-1 PT) (FSC, 2013) e Plantações Florestais no Padrão Harmonizado (FSC-STD-BRA-



01-2014) (FSC, 2014). À região Sul do Brasil, aplica-se os padrões SLIMF e de Plantações Florestais.

O FSC não emite certificados, mas credencia certificadoras no mundo inteiro. As certificadoras credenciadas realizam, periodicamente, auditorias nas unidades de manejo e linhas de produção certificadas (SILVA, 2005).

São 10 os Princípios que regem o manejo florestal ao redor do mundo: Princípio 1 – Conformidade com as leis e Princípios do FSC; Princípio 2 – Posse e Direitos e Responsabilidades de Uso; Princípio 3 – Direitos dos Povos Indígenas; Princípio 4 – Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores; Princípio 5 – Benefícios da Floresta; Princípio 6 – Impacto Ambiental; Princípio 7 – Plano de Manejo; Princípio 8 – Monitoramento e Avaliação; Princípio 9 – Manutenção de Florestas de Alto Valor de Conservação; Princípio 10 – Plantações.

Cada país possui especificidades quanto a classificação de áreas rurais, para tanto, faz-se necessário fundir as normatizações do padrão internacional FSC à realidade de cada local. No Brasil, a Lei nº 11.326/06 (Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais) estabelece que será considerado pequeno agricultor familiar aquele que possuir até quatro módulos fiscais, além de ter que atender a outros fatores pertinentes ao processo. O módulo fiscal para áreas rurais brasileiras varia de 20 a 120 ha, em função das características regionais, assim, um produtor será considerado pequeno se ele tiver área máxima de 480 ha de efetivo manejo florestal (FSC, 2013).

## 2.2 CERTIFICAÇÃO FSC SLIMF DE GRUPO

O grupo é composto por áreas florestais pequenas, o qual é coordenado por um “administrador de grupo”, que pode ser uma associação, uma cooperativa ou até mesmo uma empresa prestadora de serviços. É o intermédio entre o grupo e o organismo certificador, responsável por orientar os manejadores das unidades florestais acerca do cumprimento das exigências do padrão de certificação, organizar documentos, fornecer treinamento e assistência técnica além de monitorar as UMF pertencentes ao grupo.

O certificado será emitido em nome do administrador do grupo, a manutenção deste é de sua responsabilidade. Também é o encarregado por contatar e selecionar o certificador, programar as visitas de avaliação e acompanhar os auditores durante as visitas de campo. Deve relatar aos membros todas as conclusões dos auditores e

assegurar que os problemas por eles identificados sejam adequadamente resolvidos (IMAFLOA, 2011; NUSSBAUM, 2003).

### 2.3 O SETOR FLORESTAL NO PARANÁ

O estado do Paraná destaca-se como um dos principais produtores de Pinus e Eucalipto do país. No que diz respeito à produção de Eucalipto, em 2015, verifica-se que o Paraná possuía área plantada correspondente a 285.125 ha, ocupando a sexta posição em relação aos demais estados. Já para os plantios de Pinus, em 2016, ocupavam 1,6 milhão de hectares, concentrando-se no Paraná (42%) e em Santa Catarina (34%) (IBÁ, 2016).

O estado conta com uma diversidade significativa de indústrias que utilizam a madeira como matéria-prima. Conforme Einfeld et al. (2015), o Paraná possui um histórico de mais de 50 anos de experiência em exploração de plantios florestais, o mercado é consolidado e muito diversificado, envolvendo a produção de lenha, carvão vegetal, madeira em tora, madeira serrada, celulose, painéis, entre outros produtos derivados da madeira. No âmbito nacional, o setor florestal paranaense, sobretudo, a região dos Campos Gerais do Paraná tem grande influência por possuir várias indústrias do setor, principalmente voltadas à produção de celulose e papel, madeira serrada, molduras, vigas e painéis de madeira.

O grupo de produtos “Madeira” teve participação de 5,96% no total de exportações do Paraná em 2015, ficando atrás da soja (32,77%), carnes (16,81%) e material de transportes (8,16%), ocupando assim a quarta posição (FIEPR, 2015). Verifica-se que o grupo de produtos “Celulose e Papel” também está em evidência no que diz respeito à exportação. Em 2014, o número de exportações para este grupo de produtos foi de 453.123.225, aumentando em 2015 para 525.432.410, perfazendo um acréscimo de 0,85% (FIEP, 2014).

De acordo com IBÁ (2016), a situação de maturidade do mercado florestal é observada, especialmente, em regiões cuja produção é voltada para o setor de celulose, onde não ocorrem oscilações relevantes de consumo ano a ano; ou em regiões com diversidade de mercados, como acontece no Sul de São Paulo, Santa Catarina e Paraná, onde segmentos como celulose, painéis, serrados e biomassa coexistem.

## 2.4 EXIGÊNCIAS DO MERCADO CONSUMIDOR

Com o passar do tempo a certificação de produtos florestais passou a ser não somente um diferencial, mas também uma exigência de mercado, principalmente o externo com destaque para os consumidores Europeus e Norte Americanos (WWF, 2017).

Entende-se que as exigências da União Europeia têm contribuído para o aumento da certificação em alguns países das Américas (BASSO, 2015). O Brasil sofre grande pressão mundial pela certificação florestal de seus produtos, sendo que os produtores enfrentam restrições no mercado mundial, principalmente aqueles advindos de origem tropical em função do desmatamento descontrolado da Amazônia e no desrespeito às áreas indígenas (PINTO et al, 2013).

Assim, a obtenção da certificação florestal pelas indústrias e produtores brasileiros, facilita o acesso aos mercados dos países integrantes da União Europeia. Conforme descrito por Basso (2015) *apud* União Europeia (2010), a certificação e outros sistemas de verificação por terceiros, que incluem a análise do cumprimento da legislação aplicável permite a avaliação do risco e mitigação de possíveis irregularidades, reconhecendo assim as boas práticas no setor florestal.

Nos Estados Unidos, a demanda por produtos florestais certificados é primariamente ditada por empresas interessadas em reduzir o risco existente na compra de produtos florestais, principalmente, de países em desenvolvimento, ou seja, a certificação é uma comprovação de que o país fornecedor está cumprindo, entre outras coisas, com a legislação vigente no país e com os princípios de manejo adequado (GUÉRON et al., 2004 *apud* METAFORE, 2004).

## 3. MATERIAL E MÉTODOS

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

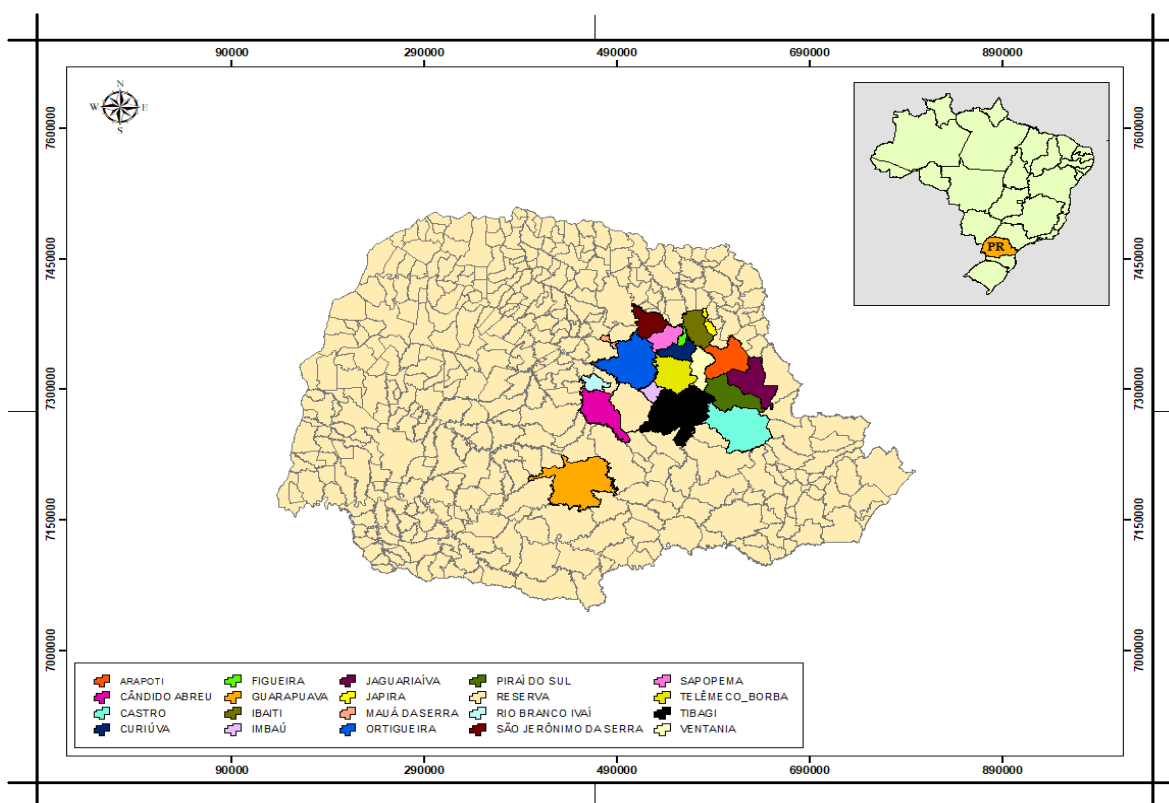
As principais atividades econômicas dos municípios onde estão instalados os produtores pertencentes aos grupos de certificação (Figura 1), são voltadas a serviços advindos da exploração dos recursos naturais, tais como agricultura, pecuária e silvicultura. Predominam pequenas propriedades, 82% das propriedades rurais possuem até 50 ha e são exploradas basicamente com mão-de- obra familiar (PAIVA, 2015 *apud* FUPEP/UFPR, 2010).

De acordo com dados socioeconômicos divulgados pelo IPARDES (2016), a população média dos municípios é de 11.630, sendo Telêmaco Borba e Ibaiti as mais populosas com 32.418 e 30.888 pessoas, respectivamente. O maior número de

peças na zona rural é observado em Rio Branco do Ivaí, cerca de 72,5% da sua população total, seguido por Cândido de Abreu com 71%. Sobre o IDHM (índice de Desenvolvimento Humano Municipal), Jaguariaíva se destaca com o maior índice 0,743 e Ortigueira com o menor, 0,609. O PIB (Produto Interno Bruto) médio entre os municípios que compõem o grupo é de R\$ 20.212,00, sendo Tibagi o que apresentou maior valor (R\$ 38.848,00) e Imbaú o menor (R\$ 10.492,00).

### 3.2 OS GRUPOS DE PEQUENOS PRODUTORES FLORESTAIS

Neste trabalho, foram analisados dois grupos de Certificação Florestal pelo padrão SLIMF, os quais juntos somam área total certificada de 32.021,98 ha sendo 16.687,63 ha de efetivo plantio de Pinus e Eucalipto, distribuídos em 437 propriedades pertencentes à 218 pequenos produtores florestais.



**Figura 1** - Mapa de localização dos grupos de pequenos produtores florestais na região dos Campos Gerais do Paraná. Municípios paranaenses de Arapoti, Cândido de Abreu, Castro, Curiúva, Figueira, Ibaí, Imbaú, Jaguariaíva, Japira, Mauá da Serra, Ortigueira, Piraí do Sul, Reserva, Rio Branco do Ivaí, São Jerônimo da Serra, Saponema, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

### 3.3 SISTEMA DE MANEJO DOS GRUPOS CERTIFICADOS

Em geral, os produtores florestais pertencentes aos grupos certificados promovem o manejo voltado à duas finalidades de produção, madeira para celulose (com diâmetros de 8 a 18 cm para Pinus e até 25 cm para Eucalipto) e madeira para

obtenção de toras (a partir de 18 cm para Pinus e de 25 cm para Eucalipto) - há variação nos diâmetros de acordo com a dinâmica de mercado e as necessidades das empresas consumidoras.

Além das atividades silviculturais gerais (combate a formigas, preparo do solo, plantio, replantio, roçada) os produtores podem efetuar desbaste (sistemático, seletivo ou misto) ou corte raso. Cada produtor é livre para conduzir o seu plantio de acordo com os seus objetivos. Recebem apoio técnico da fomentadora, da empresa gestora do grupo de certificação e de outras empresas especializadas sempre que sinalizam interesse ou que é identificado algum tipo de irregularidade nos plantios.

Além da utilização da madeira como produto da floresta plantada, alguns produtores realizam paralelamente a extração de resina de Pinus.

### 3.4 LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

Além de pesquisa bibliográfica associada ao tema, foram levantadas informações em documentos referentes à gestão do processo de certificação dos grupos e efetuadas entrevistas informais para obtenção de dados, conforme descrito a seguir.

3.4.1 Relatório de monitoramento e avaliação de campo: são registros resultantes de avaliações de campo efetuadas anualmente. As avaliações ocorrem de maneira criteriosa buscando verificar se o empreendimento atende a norma, se houver irregularidades, a empresa gestora auxilia na determinação da melhor maneira de corrigir os desvios por meio do repasse de tratativas. Se o empreendimento passar por algum tipo de atividade florestal ou ocorrer qualquer modificação que possa infringir as normas de certificação, é elevada a frequência destes monitoramentos o tanto quanto necessário. As avaliações de campo compreendem as questões de cunho ambiental, social, trabalhista e os plantios florestais.

3.4.2 Resumos Públicos dos Planos de Manejo Florestal: são documentos disponíveis ao público, que sintetiza o Plano de Manejo Florestal, com informações que caracterizam a região, o grupo de produtores, a gestão florestal, os monitoramentos, aspectos sociais, salvaguardas ambientais e outros dados relevantes.

- 3.4.3 Procedimentos Operacionais: consistem na descrição detalhada das operações para obtenção e manutenção da certificação florestal em propriedades rurais. Os grupos de produtores florestais possuem 21 procedimentos, que são disponibilizados aos produtores florestais para que possam estabelecer as regras da certificação em suas propriedades e utilizados pela empresa gestora com o objetivo de padronizar as ações voltadas à certificação.
- 3.4.4 Entrevistas abertas e informais: realizadas com produtores florestais e empregados da empresa gestora e fomentadora, durante as auditorias internas de manutenção e inclusão. Buscou-se compreender o ponto de vista acerca do processo de certificação entre as partes envolvidas, desde os produtores de manutenção, inclusão (aqueles que ainda não fazem parte dos grupos) até as pessoas que trabalham para que a certificação ocorra. Foram conduzidas de maneira qualitativa com o objetivo de explorar a experiência vivida em condições precisas, comumente utilizada com grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica (BRITO et al., 2011).

### 3.5 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Os principais pontos a melhorar e contribuições positivas registradas sobre a certificação SLIMF-FSC de grupo, foram levantadas de acordo com a frequência em que foram citadas durante as entrevistas e a recorrência em relatórios de auditoria interna. Após análise, verificou-se que os itens mais relevantes foram:

- a) Ausência de registros (custos e receitas, sistema de manejo, planejamento) sobre as plantações florestais;
- b) Regularização ambiental, fiscal e fundiária;
- c) Atendimento à legislação trabalhista;
- d) Tramitação das operações de compra e venda e mercado de madeira certificada;
- e) Entendimento dos produtores acerca da necessidade de atender às exigências da certificação e legislação.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O item apontado pelos produtores florestais como precursor e motivador para aderirem ao processo de certificação florestal, é a bonificação financeira recebida pela madeira produzida a partir do manejo sustentável. O acréscimo no preço da tonelada de madeira é de 3 a 7%, em média, quando comparado ao material não certificado. No Vietnã, Hoang et al. (2015) verificaram situação semelhante no que diz respeito ao preço diferenciado entre madeira certificada e não certificada. O preço da madeira certificada verificada foi de 19 a 22% maior que o da madeira não certificada, devido à maior demanda de madeira certificada, permitindo aos produtores selecionar os compradores e discutir o preço, bem como prever a demanda futura.

O pagamento do produto com valor diferenciado ocorre na região, principalmente pela empresa fomentadora, que também concentra o maior fluxo de negociações junto aos produtores pertencentes aos grupos. Há outras empresas, além da fomentadora que dependem da madeira certificada para seu processo produtivo, principalmente aquelas que trabalham com exportação, como serrarias e indústrias de molduras e compensados que poderiam ser potenciais consumidores. Entretanto, observa-se que há resistência em adquirir produtos diretamente do produtor florestal, o que dificulta a ascensão do preço e do fluxo de venda de madeira certificada na região. Também há muitas empresas que necessitam de madeira, mas não exigem ou até mesmo dispensam o diferencial “certificação”, justamente por não possuírem a certificação interna.

Assim, para que o cenário de compra e venda de madeira certificada pudesse melhorar na região dos grupos de produtores florestais estudados, uma das alternativas seria promover a expansão do mercado consumidor por meio do estímulo a adesão da certificação para as empresas locais consumidoras de madeira. Outra possibilidade seria o fortalecimento dos produtores por meio da unificação da produção em cooperativas e/ou associações. Esta última, busca unir pessoas com os mesmos interesses econômicos e com o mesmo nicho de produção, a fim de promover a diminuição da competitividade, redução de custos, aumento das possibilidades de comercialização e também discutir preços, conceitos que vão de encontro com o que é preconizado na certificação em grupo.

É preciso que o produtor saiba exatamente como está o andamento de seus negócios, suas despesas, seus custos, suas finanças, seu estoque e suas margens de lucro para decidir e projetar bem o futuro de seu empreendimento rural (ARAÚJO, 2013). A fragilidade no gerenciamento da propriedade rural, vem de encontro à

organização documental, sobretudo nos quesitos fiscais e fundiários. Verificou-se que os produtores florestais, principalmente os que estão sendo inclusos nos grupos de certificação, possuem restrições na obtenção de alguns documentos associados ao pagamento de taxas e emissão de cadastros rurais, por vezes nunca emitidos. Porém, com a consolidação do processo de certificação e a solicitação da documentação atualizada pela empresa gestora, os produtores passam a atentar-se a prazos para quitar débitos relacionados a taxas e atualização de cadastros.

O direcionamento para que sejam adotadas medidas de gerenciamento por produtores que, em geral, não executavam qualquer tipo de gestão em seu empreendimento, deve ocorrer de modo gradual. Todo tipo de modificação de hábitos, especialmente quando ocorrem para atender a regras diferentes das comumente seguidas, geram resistência e dificuldade de adaptação. Assim como verificado por Basso et al. (2011), os produtores estavam acostumados a realizar suas atividades de um modo e, para a certificação houve a necessidade de se adequarem aos métodos corretos do manejo, os produtores nem sempre estão preparados para receber todas as informações e se atualizar constantemente.

Para a certificação de plantações florestais, deve ser observada a exigência da lei tanto na área a ser protegida com espécies nativas (APP e RL), quanto os direitos de propriedade e uso da terra que passaram a ser exercidos com as limitações da legislação em geral (MELLO, 2016). Dentre os avanços identificados resultantes das adequações dos imóveis rurais certificados no que diz respeito à conformidade ambiental, destacam-se medidas que contemplam a conservação de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, ações protetivas contra caça e pesca, aumento na disponibilidade de recursos hídricos, melhoria na qualidade do solo e estabelecimento de corredores ecológicos.

Além das atividades voltadas à preservação da vegetação nativa, há também as melhorias ambientais decorrentes da implantação de práticas de manejo de baixo impacto, que vão desde o plantio, com uso consciente de produtos químicos e controle/contenção de processos erosivos, até a colheita, quando são levantados pontos como a orientação da derrubada de árvores para lados opostos aos remanescentes nativos, separação de resíduos (perigosos e não perigosos) e minimização dos impactos no solo provenientes do trânsito de veículos e maquinário.

Buscando assegurar o cumprimento dos direitos trabalhistas a realização de auditorias externas e internas funciona como uma eficaz ferramenta de gestão, promovendo o pagamento de salários coerentes e sem atraso, pagamento de



benefícios, além de estimular o esclarecimento e a participação dos trabalhadores em relação aos seus direitos (BASSO, 2015; BORSATO et al, 2007).

As atividades de manejo florestal nas propriedades certificadas ocorrem por empresas terceirizadas ou pela fomentadora. Quando o produtor contrata uma empresa terceirizada, é preciso que sejam apresentadas as evidências de cumprimento da legislação trabalhista e de saúde e segurança do trabalho. Nestes casos, mesmo com o resguardo da legislação sobre saúde e segurança no trabalho, ainda é muito presente a execução de certas atividades (principalmente colheita semi-mecanizada) de modo perigoso e arriscado, por vezes seguindo o ofício tradicional da família. A falta de informações e treinamento, baixa qualificação ou escolaridade, aumento de custos e burocracia voltada à regularização dos empregados e empresas (prestadoras de serviço), falta de fiscalização e necessidade constante de obter resultados rápidos através do trabalho, também são fatores associados aos desvios trabalhistas.

## **5. CONCLUSÃO**

As principais contribuições positivas resultantes da certificação em grupo estão relacionadas à valorização de mercado; regularização fiscal e fundiária; avanços na gestão do empreendimento e melhorias ambientais.

Em contrapartida, os pontos que ainda precisam melhorar relacionam-se as adequações necessárias, tanto no que diz respeito à campo quanto à regularização da documentação do empreendimento; engajamento ao processo de certificação; atendimento à legislação trabalhista, principalmente por empresas terceirizadas que realizam atividades florestais em áreas certificadas; e, o baixo sortimento de mercado para comercialização de madeira certificada.

Com a consolidação da certificação na região dos Campos Gerais do Paraná, a certificação florestal e as boas práticas de manejo, passam a vistas não apenas como uma forma de elevar o faturamento ou promover o “marketing sustentável”, mas também em virtude da melhoria nas condições de trabalho, regularização ambiental e administração do imóvel rural.

Entende-se que a sistemática de certificação em grupos de pequenos produtores possui grande potencial de expansão, capaz de atingir pequenos nichos e propiciar além de maior faturamento, maior qualidade no produto e satisfação dos envolvidos no processo produtivo. Entretanto, como há várias etapas a serem cumpridas para que o certificado seja conquistado, que demandam de conhecimento

técnico, teórico e que envolvem questões burocráticas, muitas vezes vistas como “impossíveis de alcançar” pelos pequenos produtores, é necessário o engajamento de outros “atores sociais”, tais como associações, indústrias, órgãos públicos, ONGs e cooperativas, capazes de promover, difundir e alavancar o manejo florestal sustentável.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. A. **Planejamento de propriedades rurais**. Livro didático. Palhoça-SC Unisul Virtual, 2013.

BASSO, V. M.; JACOVINE, L. A. G.; ALVES, R. R.; VIEIRA, S. L. P.; SILVA, F. L. **Certificação Florestal em Grupo no Brasil**. *Floresta e Ambiente*; 18(2):160-170, 2011.

BASSO, V. M. **Desafio e Oportunidades da Certificação de Manejo Florestal pelo Sistema FSC no continente americano**. Tese. Viçosa-MG, 2015.

BORSATO, R.; FARIA, A. B. C. **A certificação florestal como instrumento da responsabilidade social empresarial**. II Seminário sobre sustentabilidade. Curitiba. UNIFAE Centro Universitário Franciscano, 2007.

BRITO, A. F.; FERES, N. **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos**. *Evidência*, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

CERFLOR. **Cadeia de Custódia e Produtos de Origem Florestal, Manejo Florestal Sustentável**. 2017. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/pdf/empresas-cerflor.pdf>> Acesso em: 18 de fevereiro de 2017.

EISFELD, R. L.; NASCIMENTO, F. A. F. **Mapeamento dos Plantios Florestais do Estado do Paraná – Pinus e Eucalyptus**. Curitiba. Instituto de Florestas do Paraná, 2015.

FIEPR. **Desempenho do Comércio Exterior Paranaense. 2015**. Disponível em: <[http://www.fiepr.org.br/para-empresas/estudos-economicos/uploadAddress/Comercio\\_Exterior\\_Paranaense\\_2015-11\[66982\].pdf](http://www.fiepr.org.br/para-empresas/estudos-economicos/uploadAddress/Comercio_Exterior_Paranaense_2015-11[66982].pdf)> Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

FSC. **Facts & Figures**. 2017. Disponível em: <<https://ic.fsc.org/en/facts-and-figures>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

FSC. **Padrões genéricos do FSC**. 2013. Disponível em: <[br.fsc.org/download/relatorio-1-rodada-consulta-igis.205.pdf](http://br.fsc.org/download/relatorio-1-rodada-consulta-igis.205.pdf)> Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

FSC. **Padrão de certificação do FSC para o manejo florestal em pequena escala e de baixa intensidade (SLIMF)**. 2013. Disponível em: <<http://br.fsc.org/download/fsc-std-bra-03-2013-v3-1-pt-padro-de-certificao-do-fsc-para-o-manejo-florestal-em-pequena-escala-e-de-baixa-intensidade-slimf.283.pdf>> Acesso em 21 de março de 2017.

FSC. **Market Information Pack**. <<https://ic.fsc.org/en/for-business/fsc-tools/local-market-successes>> 2015. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

GUÉRON, A. L.; GARRIDO, V. **Requisitos ambientais, acesso a mercados e competitividade na indústria de madeira e móveis no Brasil**. Barreiras técnicas às Exportações. INMETRO. 2004. Disponível em:

[www.inmetro.gov.br/producao-intelectual/obras-intelectuais/125\\_obraIntelectual.pdf](http://www.inmetro.gov.br/producao-intelectual/obras-intelectuais/125_obraIntelectual.pdf)> Acesso em 10 de março de 2017.

HARADA, K.; WIYONO. **Certification of a Community-based Forest Enterprise for Improving Institutional Management and Household Income: A Case from Southeast Sulawesi, Indonesia**. *Small-scale Forestry*, v. 13, n. 1, p. 47–64, 2014.

IBÁ. Relatório Anual. 2016. Disponível em: [iba.org/images/shared/Biblioteca/IBA\\_RelatorioAnual2016 .pdf](http://iba.org/images/shared/Biblioteca/IBA_RelatorioAnual2016.pdf)> Acesso em 12 de março de 2017.

IMAFLOA. **Manual de Certificação do Manejo Florestal no Sistema do Forest Stewardship Council- FSC**. 2011. Disponível em: [www.madeira.ufpr.br/disciplinasghislaine/manual-fsc.pdf](http://www.madeira.ufpr.br/disciplinasghislaine/manual-fsc.pdf)> Acesso em 10 de março de 2017.

IPARDES. **Perfil dos municípios**. 2016. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=29](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29)> Acesso em 28/03/2017.

MELLO, A. P. B. **Diagnóstico da regularização ambiental de propriedades rurais: estudo de caso na bacia hidrográfica do Rio Jaboticatubas, no Estado de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado profissional). UFSC. Florianópolis-SC, 2016.

NUSSBAUM, R. **Certificação florestal em grupo: um guia prático**. Imaflora. Piracicaba- SP. 2003.

PINTO, S. H. B.; GRANJA, C. P. **Análise Crítica da certificação florestal brasileira- CERFLOR E A FOREST STEWARDSHIP COUNCIL- FSC: Um estudo de múltiplos casos**. XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Salvador-BA. 2013.

PAIVA, S. N.; SILVA, D. A.; ROCHADELLI, R.; HOSOKAWA, R. T.; OSHIRO, C. R. **A certificação florestal pelo FSC: Um estudo de caso**. FLORESTA, Curitiba, PR, v. 45, n. 2, p. 213 - 222, abr. / jun. 2015.

SNIF. **Produção Florestal, certificação florestal**. 2015 <http://www.florestal.gov.br/snif/producao-florestal/certificacao-florestal>> Acesso em 10 de março de 2017.

SILVA, L. A. G. C. **Certificação Florestal**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa. Brasília, DF. 2005.

WWF. **O que é Certificação Florestal?** 2017. Disponível em: [http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/certificacao\\_florestal/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/certificacao_florestal/)> Acesso Em 20 de Abril de 2017.